

**AS FACES DA REFORMA AGRÁRIA: O  
ASSENTAMENTO CANAÃ NO MUNICÍPIO DE  
BODOQUENA SUDOESTE DE MATO GROSSO DO SUL**

**THE FACES OF THE AGRARIAN REFORM: THE  
CANAÃ SETTLEMENT, LOCATED AT THE  
BODOQUENA'S COUNCIL, SOUTHEAST OF MATO  
GROSSO DO SUL**

**LAS FACES DE LA REFORMA AGRARIA: EL  
ASENTAMIENTO CANAÃ EN LA MUNICIPALIDAD DE  
BODOQUENA SUDOESTE DEL MATO GROSSO  
DO SUL**

ÂNGELO FRANCO DO NASCIMENTO RIBEIRO

AGB - Seção Local Dourados e Mestre em Geografia pela Universidade Federal  
da Grande Dourados

EDVALDO CESAR MORETTI

AGB - Seção Local Dourados e Professor dos cursos de graduação e pós-  
graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar a implantação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e as consequências sócioambientais para o Assentamento Rural Canaã, na perspectiva da análise da transformação do público em privado, considerando o uso do solo como elemento de análise geográfica. O Assentamento Rural Canaã foi criado na década de 1980 e os assentados receberam o título definitivo em 2002. Localiza-se no entorno do Parque, de forma que 34 lotes estão dentro do Parque, gerando diferentes práticas na área. Isto promove o conflito entre assentados e a conservação ambiental. Os dois projetos (assentamento e parque) são políticas do Estado, sendo o Assentamento Canaã um projeto consolidado antes da criação do Parque Nacional. Durante a pesquisa, constatou-se dois pontos marcantes: de um lado o Assentamento Canaã do início da década de 1980, implantado em uma “reserva florestal”, já que na época a área era coberta por mata; de outro lado, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, criado no início dos anos 2000 carregado de contradição e disputas.

**Palavras-chave:** Produção do Espaço; Unidade de Conservação; Reforma Agrária; Preservação; Conflito.

**Abstract:** This paper aims to analyze the implantation of the Serra da Bodoquena National Park and its socio-environmental consequences to the Rural Settlement Canaã, in the perspective of the transformation analysis from public to private, considering the use of soil as element of geographical analysis. The Canaã Rural Settlement was created in the 80s, and the settlers were given their final title in 2002. It is located around the Park so that 34 lots are within the Park, generating different practices within the area. This promotes conflict between the settlers and the environmental conservation. These two projects (park and settlement) are State policies, being the Canaã Settlement, a consolidated project before the creation of National Park. During the research, two salient points were found: on the one hand the Canaã Settlement of the 80s, implanted in a “forestry reserve”, because in that time the area was covered by forest; on the other hand, the Serra da Bodoquena National Park, created in the early 2000, full of  
**Keywords:** Space Production; Conservation Unity; Agrarian Reform; Preservation; Conflict.

**Resumen:** Este trabajo objetiva analizar la implantación del Parque Nacional de la Sierra de Bodoquena y las consecuencias socio-ambientales para el Asentamiento Rural Canaã, en la perspectiva del análisis de la transformación de lo público en privado, considerando el uso del suelo como elemento de análisis geográfica. El Asentamiento Rural Canaã ha sido creado en la década de 1980, y los asentados recibieron el título definitivo en 2002. Éste se localiza alrededor del Parque, y así 34 lotes están adentro del Parque, generando diferentes prácticas en el área. Esto promueve el conflicto entre asentados y la conservación ambiental. Los dos proyectos (asentamiento y parque) son políticas del Estado, siendo el Asentamiento Canaã un proyecto consolidado antes de la creación del Parque Nacional. Durante la investigación, se ha sido constatado dos puntos distintivos: de un lado el Asentamiento Canaã del comienzo de la década de 1980, implantado en una “reserva forestal”, pues en aquel tiempo el área estaba cubierto por selva; de otro lado, el Parque Nacional de la Sierra de la Bodoquena, creado en el inicio del año 2000 – periodo cuando estaba cargado de contradicciones y disputas.

**Palabras clave:** Producción del Espacio; Unidad de Conservación; Reforma Agraria; Preservación; Conflicto.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como centralidade a análise das relações entre a proposta de criação de territórios da conservação como estratégia de conservação ambiental e as populações moradoras das áreas definidas para implantação dos territórios de conservação. Com este objetivo, delimitou-se para estudo o As-

sentamento Rural Canaã, localizados no Mato Grosso do Sul no Planalto da Bodoquena, localizado no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena – PNSB.

O artigo analisa a implantação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e as consequências sócioambientais para as comunidades residentes na área da Unidade de Conservação (UC) e dentro do entorno denominado Zona de Amortecimento<sup>1</sup> que compreende 10.000 metros de raio, na perspectiva da análise da transformação do público em privado, considerando o uso do solo como elemento de análise geográfica. A partir desta proposta, vários itens foram delimitados para compreensão do processo de criação e transformação do espaço na área do entorno e, posteriormente, do Parque.

O Assentamento Canaã situa-se no município de Bodoquena-MS, sudoeste de Mato Grosso do Sul (Figura 1), com uma área total de 4.360 hectares, divididos em 248 lotes de 20 a 30 hectares cada, sendo 234 individuais e 14 comunitários<sup>2</sup>.

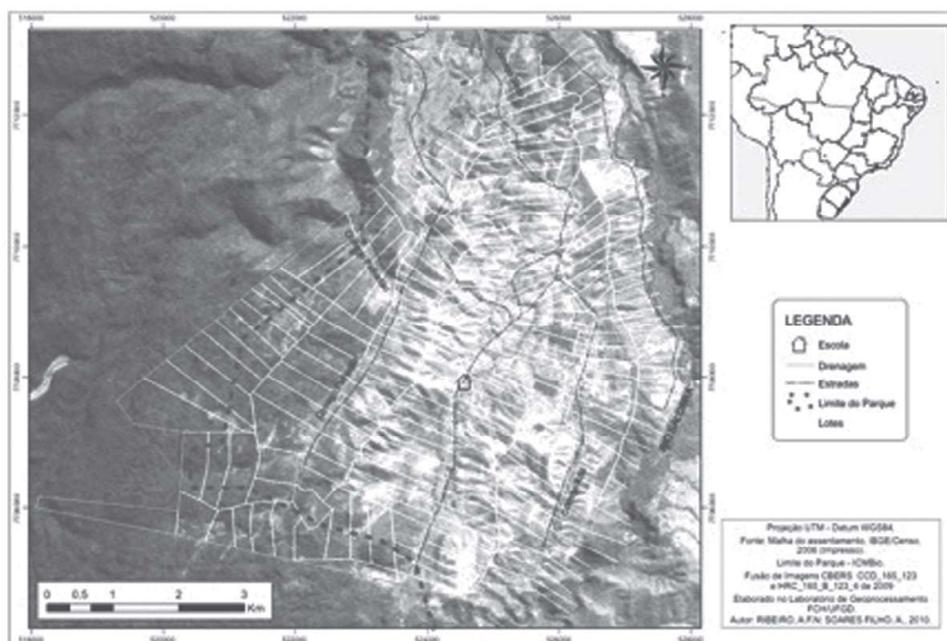


Figura 1 – Carta Imagem de localização do Assentamento Canaã<sup>3</sup>.

1 LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

2 IDATERRA-MS, 2001.

3 As imagens originais encontram-se no formato colorido, mas devido as normas de publicação as mesmas são apresentadas em tons de cinza.

## ASPECTOS HISTÓRICOS DA IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO CANAÃ

A má distribuição de terras no Brasil tem razões históricas, e a luta pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra.

De acordo com Martins (1982), grupos econômicos apropriaram-se de vastas regiões do país e, ao que se sabe, um número significativo mantém estas terras com fins puramente especulativos.

José Vicente Tavares dos Santos<sup>4</sup> aponta em seus estudos que *o problema agrário no país está na concentração de terra, uma das mais altas do mundo, e no latifúndio que nada produz*. Em comparação com os vizinhos latino-americanos, o Brasil é campeão em concentração de terras. Ele continua na liderança mesmo se comparado com países em que a questão é explosiva, como Índia ou Paquistão. O acúmulo tanta terra sob o poder de poucos e vastas extensões improdutivas levou o Brasil a montar o cenário próprio para atear fogo ao campo. Exatamente aí que nascem os conflitos, cujo número de mortos e feridos nas últimas décadas chega a centenas.

A respeito disso, Oliveira (1994, p. 85) argumenta que estes capitalistas detêm essa imensa área de terras com fins especulativos porque a terra é uma mercadoria de tipo especial: ela aumenta de preço mesmo sem ser alocada para produzir.

Percebe-se que este processo de concentração de terras vem se agravando mesmo com as tentativas de amenizar o problema com a implantação de assentamentos rurais. Acampamentos de trabalhadores sem-terras são imagens constantes na paisagem das margens de rodovias. Eles caracterizam a tentativa deles de voltar às origens. Isto acontece, pois a concentração ora explora, ora expropria o trabalhador rural, como nos mostra Martins (1982, p. 54):

[...] a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, que é o principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas. Convém notar que esse processo hoje não é conduzido fundamentalmente pelos velhos e rançosos 'coronéis' do sertão, os famosos latifundiários

---

4 Pró-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

a que se agrega o adjetivo de 'feudais' até há pouquíssimos anos. Esse processo agora é conduzido diretamente por grandes empresas capitalistas, nacionais ou multinacionais, com amplos incentivos financeiros do próprio Estado. O processo de expropriação, de diferentes maneiras, violentamente ou não, tem ocorrido no país inteiro.

A situação vivenciada por uma parcela significativa do campo é de tensão. Ora sofrem pela ameaça de perda da posse da terra (situação vivenciada por parcelas significativas de pequenos produtores), ora temem a supressão de seu emprego, uma vez que os grandes latifúndios demandam cada vez menos mão-de-obra.

A situação do campo brasileiro é de certa forma homogênea, pois as disparidades são constantes. Na região centro-oeste, que teve uma ocupação não-índia mais tardia em relação ao sul e sudeste, a situação de concentração é conflituosa. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, uma das atividades principais é a pecuária extensiva que necessita de uma grande extensão de terras para sua prática.

A história de formação do Mato Grosso do Sul conta com um longo processo de concentração de terras e repressão aos movimentos de luta pela redistribuição das terras. Corroborando com este tema, Fabrini (2008) salienta que:

A concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul está relacionada ao processo de ocupação e originou-se praticamente com a chegada dos europeus ao continente americano, que passaram a disputar, inclusive entre si, o domínio destas terras. A transferência de poder sobre a terra às oligarquias regionais mato-grossenses com a proclamação da república contribuiu ainda mais para concentração de terras, quando o governo vendia ou arrendava terras devolutas a grandes fazendeiros e empresas capitalistas.

[...]

Assim, a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão das relações capitalistas de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação de terras, ou seja, quando o Estado promoveu a transferências/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul 'nasceu'

concentrada. (p. 53-54).

O autor explicita a situação do Sul de Mato Grosso do Sul. No entanto, a realidade do outro extremo do estado não é diferente da referida região descrita anteriormente.

Muitas vezes, depara-se com tentativas de superação dessa realidade, como, por exemplo, os assentamentos de Reforma Agrária, que surgem na intenção de promover a melhor distribuição de propriedades rurais visando à desconcentração. Mas, nesse processo, diversos assentamentos são criados em locais inadequados à produção de alimentos e sobrevivência das famílias inseridas nos projetos. Uma clara ideia desse fato é explicada por Menegat (2009), que discute a realidade do assentamento Taquaral em Corumbá. A autora o chama de “assentamento na lama e na areia” e ainda argumenta:

Os lotes do Taquaral, que a princípio haviam sido projetados como terra de trabalho agrícola, em poucos anos de uso, passaram a ser terra de criação de gado. [...] O solo sem condições naturais próprias ao cultivo agrícola, associado à falta de chuvas regulares, não propiciou a troca entre o homem e a natureza, em que o homem investe trabalho e em troca recebe a produção. Essa é a frustração que os assentados demonstram em relação a seus lotes no Taquaral, uma vez que desejavam plantar sementes, vê-las crescer e virar produtos, apresentando o resultado de seu trabalho. Hoje é necessário criar o gado, e de seu resultado, compram os bens que desejavam produzir. (2009, p. 150).

A história do Assentamento Canaã que, neste trabalho é chamado somente de Canaã (expressão usada pelos assentados) começa através da ocupação de uma área improdutiva de 4.360 hectares que supostamente era terra devoluta. Entretanto, a ocupação fez com que a ICONAVE S/A reivindicasse a posse da área. A ocupação de terras é uma das formas encontradas pelos movimentos de luta pela terra para reivindicar o uso da terra. Nesta mesma linha de pensamento, Fernandes (1999) salienta:

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e

contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes.

Esse processo de luta para conquistar a terra, é tanto de reprodução quanto de produção do trabalho familiar, *porque a maior parte dos trabalhadores que participam dessa luta nunca tiveram terra*, e parte nunca trabalhou no campo.

[...]

*A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência.* Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação. (p. 269-271) (Grifos do autor).

A revolta e a indignação dos trabalhadores sem-terra os levam muitas vezes às margens de rodovias a fim de reivindicar sua *terra de trabalho*, haja vista que a *terra de negócio* já o explorou por muito tempo<sup>5</sup>. Dessa forma, a ocupação é uma forma de mostrar sua indignação à sociedade e lutar por seu direito, a terra.

O início das ocupações na área do Canaã se deu nos primeiros anos da década de 1980. De acordo com relatos de assentados do Canaã, os colonos ficaram sabendo que esta área não tinha dono. Assim, organizaram um grupo de 80 famílias e ocuparam a área, demarcando suas posses através de “picadas” em meio à mata fechada. Após vários embates, em 1984<sup>6</sup> começou a ser emitida a permissão de uso da terra. O processo foi concluído somente em 1985.

Levando em consideração a forma como foram demarcados os lotes pe-

-----  
5 Expressão usada por Martins (1982).

6 Mato Grosso do Sul, 2000.

los colonos, no ano de 1986, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o estado de Mato Grosso do Sul celebraram um convênio visando a medição, a demarcação e a regularização da gleba, procurando preservar as divisas já criadas pelos colonos para evitar confrontos. Após a conclusão dos trabalhos, houve uma sobreposição de 67,8 hectares de uma fazenda vizinha ao assentamento, de modo que 12 lotes estavam parcialmente dentro desta área. O estado adquiriu a área sobreposta<sup>7</sup> somente em 1994.

O assentamento Canaã foi consolidado entre a Serra da Bodoquena, cravado em meio aos morros e vales, sobre as rochas calcárias, com solos rasos e uma área altamente irregular. Nos períodos de intensas chuvas, como no final de 2009, as altas declividades e o nível de desmatamento dos morros proporcionam velocidade às enxurradas e tornam evidentes os problemas enfrentados pelos assentados, como explicitaremos mais adiante neste trabalho.

Essa situação ocorre, pois, de acordo com Olmos et al. (2010):

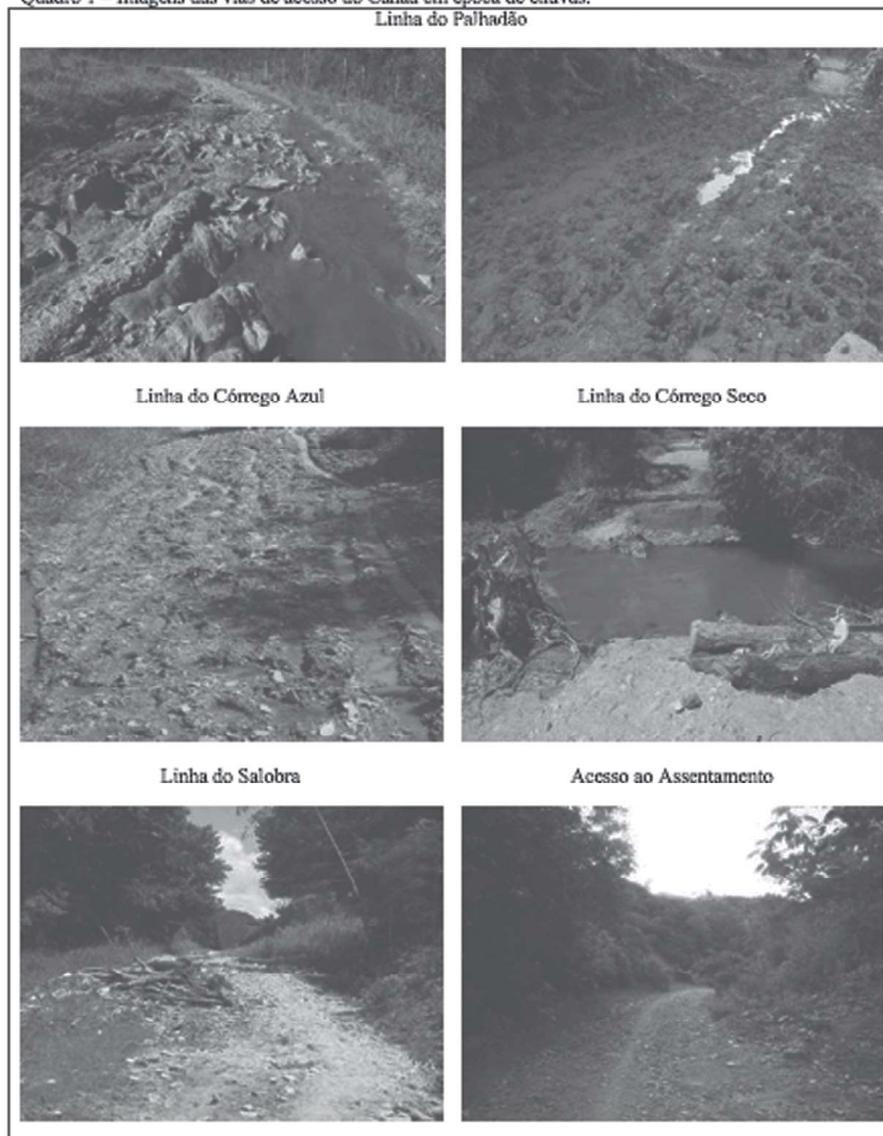
O Programa de Reforma Agrária, representado pelos projetos de assentamento não tem critérios ambientais, assim como não tinham os projetos de colonização. Não há diretrizes estratégicas para orientar onde e quando se criar os projetos de assentamento, não importando se está ou não assentando sobre ecossistemas sensíveis ou sob forte pressão antrópica ou além de sua capacidade de suporte.

No ano de 2000, foi criado o PNSB, UC de Proteção Integral. Este sobrepôs 34 lotes do assentamento Canaã. Alguns se localizavam parcialmente e outros completamente dentro do Parque. Isto gerou um conflito que perdura até o momento e sem previsão de término. A atual administração do Parque intenciona regularizar a situação dos lotes inseridos na área da UC, mas o processo é bastante demorado e isto tem frustrado muito os assentados.

Assim, como vários outros do estado de Mato Grosso do Sul, este assentamento é um exemplo de descaso do poder público com as pessoas do campo, visto que várias pessoas passam dias sem sair de suas casas por conta das condições das estradas (Quadro 1) e das pontes. Esta falta de condições as impede de irem à cidade, ao hospital e à escola. Além do impasse da criação do Parque na parte do assentamento que já possui título definitivo da terra, os assentados ainda continuam com a situação indefinida por conta da possível desapropriação da área.

-----  
7 IDATERRA-MS (2001).

Quadro 1 – Imagens das vias de acesso do Canaã em época de chuvas.

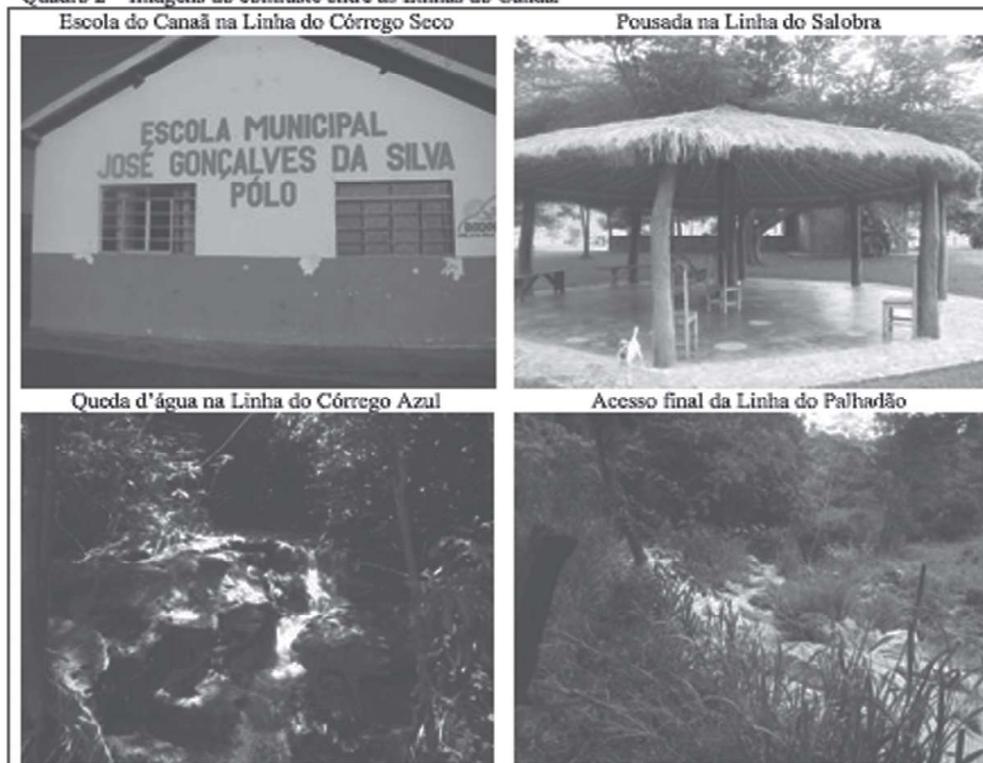


Fotos disponibilizadas pelos assentados do Canaã. (autoria desconhecida).

A divisão do assentamento é feita por linhas. Há a Linha do Salobra, que é a mais valorizada economicamente, por abrigar o Rio Salobra de água cristalina e, também, a cachoeira Boca da Onça, que mesmo sendo fora do assentamento está no limite e tem-se uma visão muito atraente do lado do Canaã; a Linha do Córrego Azul que abriga diversas belezas naturais, como o córrego de mesmo nome; a Linha do Córrego Seco onde fica a sede do assentamento e a escola; e, por fim, a Linha do Palhadão que leva este nome por passar pela Serra do Palhadão. Nesta linha, temos as situações mais difíceis e, também, a sobreposição do Parque (Quadro 2). No final desta linha, alguns lotes não contam com estradas, muito menos com energia elétrica, porque na época da

construção das redes de distribuição não havia estradas para chegar aos lotes e até o momento não existe.

Quadro 2 – Imagens do contraste entre as Linhas do Canaã.



Fotos: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

O desafio é desvendar o processo criado para estas famílias. Primeiro, esta era uma área imprópria para assentamento, levando em consideração a alta declividade e os afloramentos rochosos da área. Segundo, a sobreposição de uma UC de Proteção Integral inviabiliza muitas famílias de permanecerem em seus lotes.

## ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAIS NO ASSENTAMENTO CANAÃ

A principal atividade econômica no Canaã é a criação de gado de corte e leite. Além disso, a maioria dos assentados possui outra atividade além de produzir no lote com o objetivo de complementar a renda. Estas atividades muitas vezes acontecem fora do assentamento. Isso nos possibilita perceber que um grande número de assentados mora na cidade de Bodoquena, mas se desloca diariamente para seus lotes para exercer suas funções, caracterizando o que Menegat (2009) chama de *lote de trabalho* para muitos. Além deste fato, muitos lotes

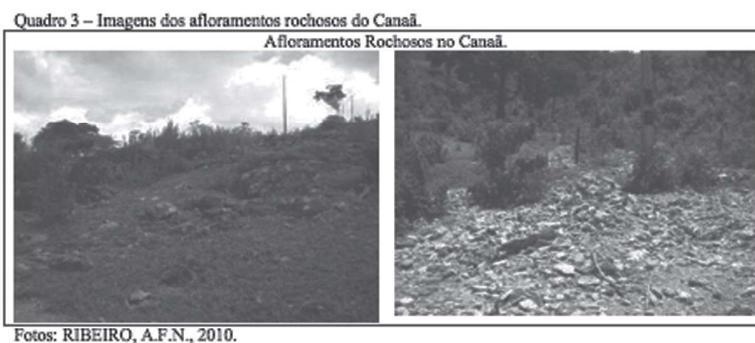
foram vendidos ou abandonados por falta de condições de produção.

De acordo com a classificação geral do solo, a classe encontrada no assentamento é o chernossolo<sup>8</sup>. Este possui uma fertilidade natural elevada conforme nos relatou o representante da Agraer de Bodoquena, quando perguntamos se a área era apropriada para um assentamento:

Ali foi uma área muito rica em madeira, e o pessoal se empolgou principalmente pelo extrativismo, e o solo apresenta características incríveis, que apesar da topografia não se tem erosão, a capacidade de suporte de pastagem lá é impressionante, que é de 2 a 3 cabeças por hectare e a gente não vê erosão apesar da declividade que em muitas áreas estão acima de 45 graus que na minha opinião poderia implantar alguma coisa de silvo pastoril, com árvores e pastagem que ajudaria a conservar melhor o solo. (SEBASTIÃO (Agraer-MS). Entrevista gravada em fevereiro de 2010).

O solo no assentamento apresenta características muito favoráveis em termos de fertilidade. Entretanto, as condições topográficas e os afloramentos rochosos inviabilizam a produção de alimentos, objetivo principal da criação de assentamentos.

O acesso a técnicas adequadas de correção do solo bem como a mecanização do mesmo poderia ser uma das alternativas ao Canaã. Todavia, este tipo de procedimento esbarra na falta de recursos financeiros e apoio técnico do estado para promover este tipo de acompanhamento no assentamento. Logo, quanto mais o solo é utilizado de forma inadequada, maior será a tendência para o agravamento da situação de debilidade do solo. As imagens, a seguir, nos indicam um pouco a realidade descrita.



8 O aproveitamento agrícola do chernossolo é severamente prejudicado devido à proximidade do substrato rochoso com a superfície, determinando sua recomendação para preservação da flora e fauna. Este tipo de solo é bastante limitado quanto ao uso e manejo devido à pouca profundidade e ao alto índice de afloramentos rochosos. Cardoso, *et al.* (2002).

A intensa declividade e o elevado número de afloramentos rochosos dificultam algumas formas de cultivo da terra. Portanto, a única alternativa para a maioria dos assentados é a pastagem para criação de gado e isso já causa alguns transtornos, pois observamos erosões em alguns pontos. Muitas áreas do assentamento ultrapassam os 45° de declividade<sup>9</sup> e este fato pode ser agravado ainda mais se continuar havendo o desaparecimento da vegetação natural, como demonstra as fotos abaixo.

**Quadro 4 – Imagens do início do processo erosivo no Canaã.**



Fotos: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

A forma de uso do solo no Canaã aliada ao desmatamento e altas declividades em períodos chuvosos, como em dezembro de 2009, causou muitos estragos no assentamento. Houve deslizamentos de terra, queda de rede de energia e de casas; estradas ficaram intransitáveis, entre outros estragos (Quadro 5).

**Quadro 5 – Consequência das chuvas do mês de dezembro de 2009 no Canaã.**



Fotos disponibilizadas pelos assentados do Canaã. (autoria desconhecida).

Estas situações de relevo, solo, estradas, entre outras, provocam o sentimento de frustração entre os assentados por não conseguirem produzir para seu sustento. A solução encontrada por muitos é a venda do lote em busca

-----  
9 Este tema será abordado a seguir.

de novas terras com melhores condições de produção e, devido às condições financeiras, a alternativa é voltar para acampamentos, esperar um novo lote de reforma agrária e torcer para que este ofereça condições favoráveis ao cultivo do solo.

Uma situação bastante semelhante a esta do Canaã pode ser encontrada no assentamento Taquaral em Corumbá, conforme aponta Menegat (2009):

[...] São erros como estes, de assentar famílias em áreas sem vocação agrícola e que deveriam ser de reserva florestal, que impulsionam parte das famílias que estão no Taquaral, lugar inicialmente marcado pela esperança, a dele sair. São pessoas que tentaram mudar a situação de seus lotes por intermédio da aplicação de seu trabalho, mas obtiveram insucesso. (p. 150).

Este fato é muito comum nas falas dos assentados, como fica evidente nos trechos a seguir:

Olha depois que eu cheguei lá eu ouço o pessoal dizer, essa área aqui não era para ser assentamento, era para ser reserva florestal e dou razão neste ponto, porque na época *invadiram* depois foram retirados, aí invadiram novamente, até que conseguiram a área, mas para mim ali não é lugar para assentamento, ali tudo deveria ser área de preservação, devido às cachoeiras, os rios. (Gisélia Soares. Fevereiro de 2010).

Na época se falava muito que essa área não tinha dono, como tinha uma comunidade na cidade que não tinha terra e gostaria de adquirir eles *invadiram* isso aqui, houve uma luta por essas terras aqui. Essa é a concepção, era uma terra de ninguém, que alguém queria ocupar. Acho que é por isso, porque a terra não são as melhores, porque hoje você vê que na questão agrícola ela não favorece, nunca favoreceu, as pessoas que adquiriam o sítio, faziam a primeira planta e na segunda já plantava braquiária, porque não tinha como trabalhar na área. (Claudia Solange. Fevereiro de 2010) (Grifo nosso).

Quando nos entramos lá que a terra era conveniente nos colhia de tudo: arroz, feijão, milho. Hoje com tempo e o terreno muito acidentado e chuva, ai vai lavando a terra e virando só pedra, e as pragas vem também. Ai agora só tenho uma baixada lá que planto milho, mandioca e cana. Eu

tenho gado lá agora, porque se quero colher milho tenho que plantar no meu genro que tem lote no Assentamento Campina, ai colho e levo para o Canaã. A produção aqui no Canaã até dá para o sustento, mas tenho que interar com as duas hectares que eu planto no lote do meu genro no Campinas. (José Geraldo. Fevereiro de 2010).

Percebe-se nas falas e na leitura de Martins (1982) que no caso do Canaã foi criado um assentamento em local totalmente inadequado, ou seja, tentou-se transformar terra de preservação em terra de trabalho, fator que muitas vezes não retorna a produção esperada em termos de alimentos. Com isso, alguns assentados deixam o tão esperado local por não oferecer condições de produção e muitas vezes vendem seus lotes para pessoas que visam à exploração capitalista da terra, isto é, transformá-la em terra de negócio que, de acordo com Martins (1982):

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em *terra de exploração* do trabalho alheio: quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura. (p. 60) (Grifos do autor).

Contribuindo com as ideias de Martins (1982), Fernandes (2010) nos chama a atenção para forma de organização dos territórios do agronegócio e do campesinato. Segundo ele:

Porque los territorios del campesinado y los territorios del agronegocio son organizados de formas distintas, a partir de diferentes relaciones sociales. Un ejemplo importante es que mientras el agronegocio organiza su territorio para producción de mercancías, el campesinado organiza su territorio para su existencia, necesitando desarrollar todas las dimensiones de la vida. (FERNANDES, 2010: p. 2).

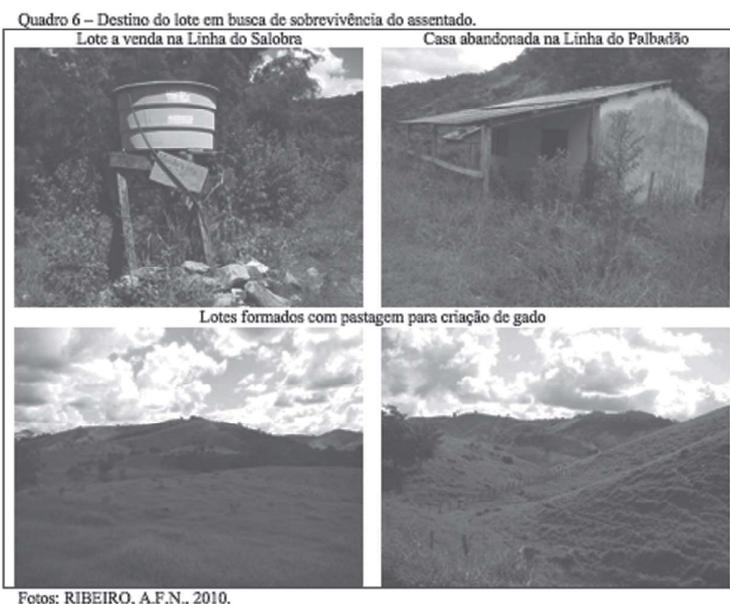
Movidos pela falta de alternativas, muitos assentados simplesmente ven-

dem ou abandonam seus lotes e partem em busca de novas oportunidades. Para isto, eles trabalham como empregados em fazendas ou voltam à cidade de Bodoquena ou simplesmente retornam à condição de acampado em busca de um pedaço de chão onde possam produzir para seu sustento e o de sua família. Aqueles outros que permanecem no lote não vêem outra forma a não ser formar seu lote com braquiária ou outras variedades de pastagem para criação de gado de corte e produção de leite, pois estas tem sido as atividades que tem garantido a permanência de vários colonos (Quadro 6).

No entendimento das pessoas que lutam durante boa parte de sua vida por um pedaço de chão, onde possam cultivar a terra e dela tirar seu sustento, a reforma agrária não é vista como um movimento de redistribuição de terras e sim como uma forma de vencer as desigualdades construídas ao longo da história. Corroborando com esta idéia, Rivero (2010) argumenta que

La lucha por la tierra es, en la experiencia de los campesinos latinoamericanos, una tarea que excede la simple redistribución de la tierra, ya que ese tipo de reformas no pudieron dotar al campesino de verdaderas posibilidades de desarrollo que le permitan salir de sus condiciones estructurales de atraso, marginación, explotación y pobreza. (p. 10).

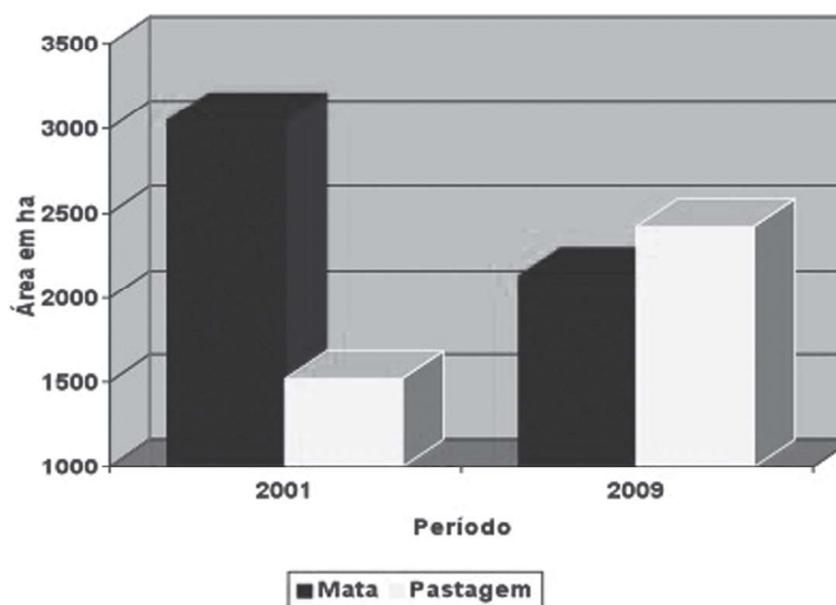
Baseado no autor e na história dos assentados no Canaã, verifica-se a mudança de padrões culturais ou simplesmente a busca por uma nova forma de produção ou um novo pedaço de terra.



Conforme Pereira (2005, p. 85), “A bonivocultura de corte é a atividade econômica mais praticada no assentamento (mais de 90% dos assentados), ocupando em média uma área que varia entre 45% e 50% do lote”.

Este fato é visível quando analisa-se o uso do solo no assentamento. Através da classificação de imagens de satélites, notamos o aumento da área de pastagem. Para análise da evolução do desmatamento e as formas de uso do solo no assentamento, optou-se pela utilização da classificação de imagens de satélite de 2001 e 2009.

Apresentam-se, a seguir, os mapas de uso do solo de 2001 e 2009 (Figuras 3 e 4), respectivamente. Com base nos mesmos, houve um aumento de 900 hectares na área de pastagem em menos de 10 anos<sup>10</sup>. A concentração de pastagem é notada nas Linhas do Salobra e Linha do Córrego Seco, enquanto a Linha do Palhadão concentra a maior parte preservada nos dois períodos (2001 e 2009). No gráfico abaixo, podemos compreender a evolução da pastagem no Canaã.



Fonte: Figuras 3 e 4 (Dados extraídos do mapeamento de uso da terra).

10 Devemos considerar a diferença existente entre as imagens analisadas, pois a imagem de 2001 possui o pixel de 30 metros enquanto a imagem de 2009 através da fusão resultou o pixel de 2,7 metros.

Figura 3 – Uso da terra no Assentamento Canaã no ano de 2001.

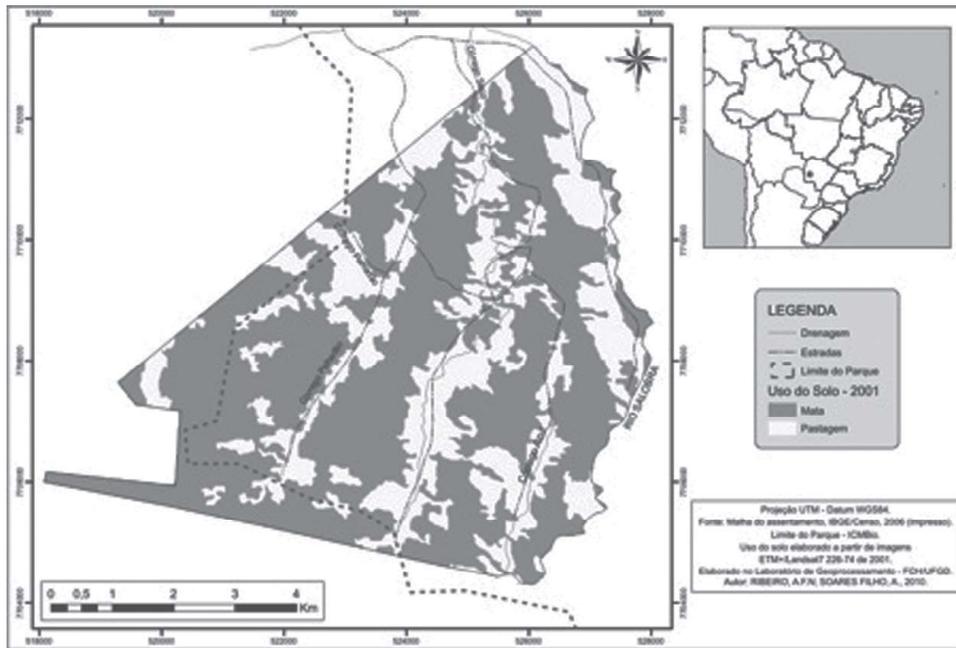
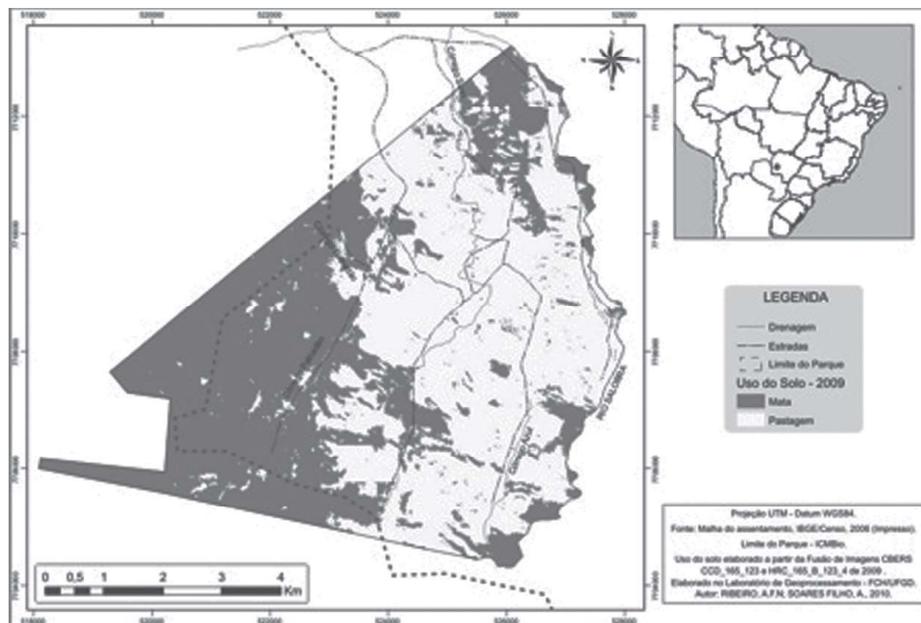
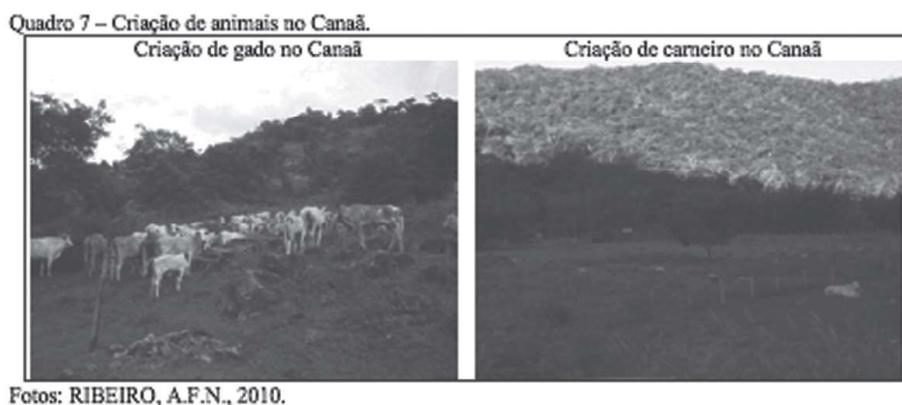


Figura 4 – Uso da terra no Assentamento Canaã no ano de 2009.



O surgimento da criação de carneiros de forma incipiente em vários lotes é visível, pois a criação convive bem com o gado e fornece lã e carne (Quadro 7).



Além da pecuária, surgem na Linha do Salobra<sup>11</sup> alguns proprietários de lotes motivados pela atividade turística. Alguns com muita estrutura e outros apenas com trilhas nos lotes. A maioria das pessoas, que trabalha com turismo nos lotes, não é assentada e, sim, compradora. Várias nem se quer residem nos lotes. Estes geralmente são os locais melhores estruturados, sendo cuidados por empregados.

Existe a prática da compra do lote para exploração econômica da terra, como no caso acima em que empresários ligados ao turismo buscam no Canaã alternativas para exploração de mão-de-obra e das próprias belezas naturais, uma vez que a região é cercada de morros e rios de água cristalina. Sobre a discussão de atividade turística, recorremos a Moretti (2002, p. 15): “[...] esta atividade está inserida no processo geral de produção capitalista, sendo uma das formas encontradas pelo capital para sua reprodução, portanto é uma atividade complexa que está inserida em um processo geral de acumulação”.

Diante deste fato, analisa-se a exploração da atividade turística em alguns lotes do assentamento como forma de exploração da terra e do trabalho, caracterizando como terra de negócio, uma vez que alguns empreendimentos podem se instalar no assentamento. Isso ocorre pelo fato de o mesmo estar muito próximo do PNSB e qualquer infraestrutura montada para o Parque pode beneficiar empreendimento no entorno.

-----  
11 A Linha do Salobra é a linha mais valorizada do assentamento, pois o Rio Salobra é o limite leste do assentamento e conta com águas cristalinas e vários cânions e quedas d’água.

## LEITURA FISIAGRÁFICA DO ASSENTAMENTO CANAÃ

O assentamento Canaã foi consolidado no interior da Serra da Bodoque-na, ocupando três vales que eram originalmente cobertos por Floresta Estacio-nal com altimetrias variando de 140 metros no vale do Salobra, e chegando a 710 metros na área de sobreposição do Parque (Figura 5). Os limites do assen-tamento são a leste o Rio Salobra e a oeste o PNSB.

Um fato marcante no assentamento é a alta declividade. Em alguns pon-tos. Ela chega a ultrapassar 45°. Isto se alia à característica do solo encontrado que é chernossolo, com pouca profundidade e este está assentado sobre a rocha ou material de origem. Isto pode acarretar muita erosão<sup>12</sup> e, conseqüentemente, perda de solos, ainda mais somado ao nível de desmatamento da área (Quadro 8). Nota-se em várias áreas a quantidade elevada de rochas expostas (Quadro 3) e vários afloramentos rochosos. Logo, levando em consideração o tipo de uso dado pelos assentados, este problema será agravado caso não haja o devido cuidado de conservação do solo.



Fotos: RIBEIRO, A.F.N., 2010.

12 Devido a declividade e a retirada da cobertura vegetal este procedimento diminui a resistência do solo e conseqüentemente aumenta a susceptividade a erosão.

Figura 5 – Hipsometria do Assentamento Canaã.

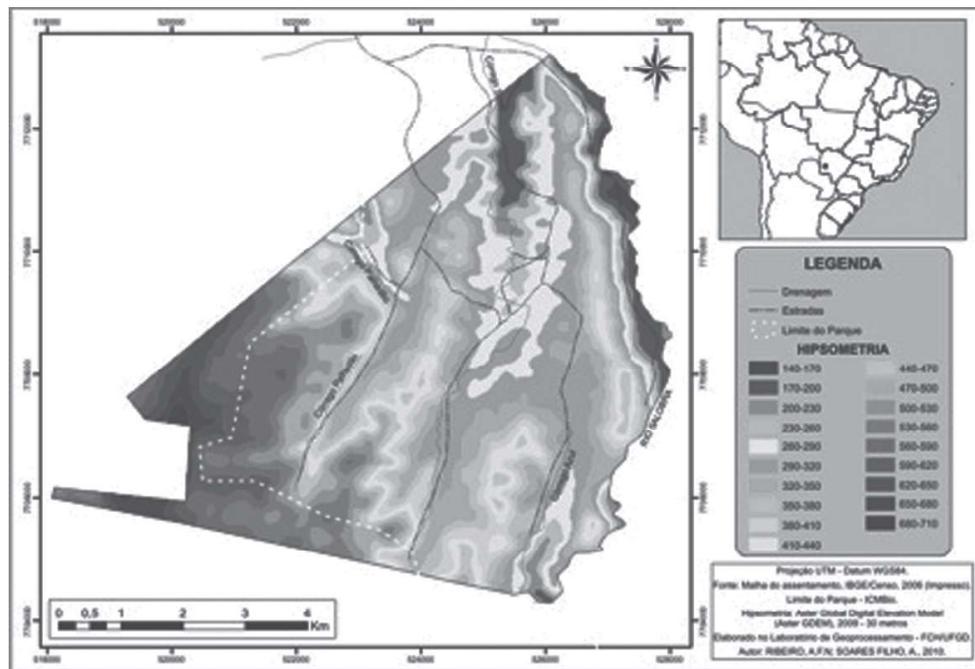
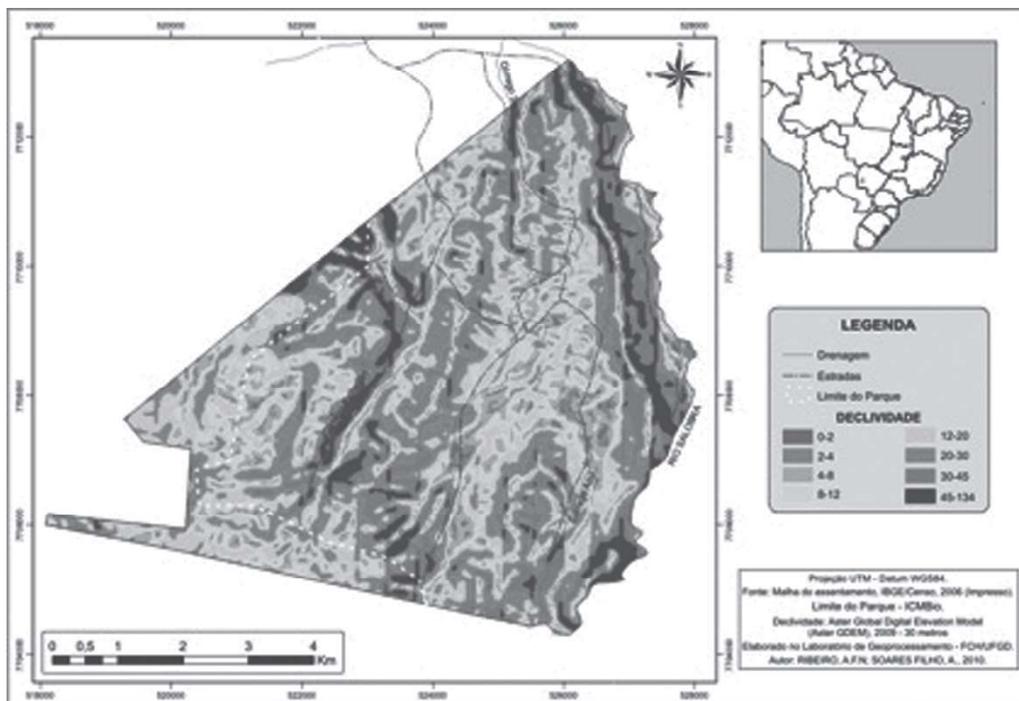


Figura 6 – Declividade do Assentamento Canaã.



O assentamento Canaã juntamente com o Campina, o Guaicurus e o Santa Lucia então dentro da faixa de 10 quilômetros do PNSB, portanto devem ter o uso do solo controlado. Destes quatro assentamentos, o único que se aproxima das condições ideais de um assentamento de reforma agrária é o Santa Lucia, que fica em uma área plana próximo à cidade de Bonito de solo fértil. Os demais vivem situação semelhante ao Canaã ou mais grave como é o caso do Guaicurus.

## **CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE REFORMA AGRÁRIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

Historicamente a ocupação de Mato Grosso do Sul teve relação com a expansão da fronteira agrícola e abertura de novas áreas para agricultura. O cenário se delineou para criação de gado, tanto que atualmente é o estado com maior rebanho bovino do Brasil em números de cabeças de gado, com aproximadamente 20.379.721 cabeças<sup>13</sup>. Da mesma forma a produção de soja, milho e cana-de-açúcar tem colocado o estado em destaque no cenário nacional e internacional. Levando em consideração todas estas atividades citadas anteriormente. Os problemas ambientais e sociais no campo tendem a se agravar, principalmente, com relação à pecuária como a atividade econômica desenvolvida em Mato Grosso do Sul, que requer grandes áreas para criação de animais.

A abertura de novas áreas para agricultura e pecuária tem devastado vários quilômetros quadrados de cerrado e comprometido vários rios e nascentes com a poluição por agrotóxicos e o assoreamento de rios com a formação de bebedouros para gado. Aliada aos problemas ambientais, temos a expropriação de várias famílias do campo por conta desse processo de abertura de novas áreas para agropecuária. Este problema tem causado o acúmulo de pessoas nas periferias das cidades e, sobretudo, aquelas que não conseguem sobrevivência na cidade voltam às margens de rodovias nos acampamentos de sem terra em busca de um novo pedaço de terra.

O histórico de formação do Assentamento Canaã e do PNSB se confunde com esse processo. De um lado, o Canaã é criado para resolver um problema agrário de diversas pessoas que não tem um pedaço de terra para plantar. De outro lado, ocupa-se uma área preservada de 4.360 hectares que aproximadamente três décadas mais tarde até mesmo os assentados entendem que a área do Canaã deveria ser terra de preservação.

Por sua vez, os assentados não participam do processo de decisão sobre

-----  
13 IBGE, Censo Agropecuário. 2006.

como constituir o território da conservação, como produzir, ou mesmo como sobreviver no Canaã sem provocar alterações na dinâmica dos elementos naturais. Algumas medidas foram tomadas em outros assentamentos do entorno do Parque, como no Santa Lúcia, por intermédio de uma organização não-governamental, a ONG Neotrópica do Brasil com a criação dos Projetos Pé de Serra e Frutificando, que visam a produção de frutas em pomares e a sua transformação em doces pelas mulheres assentadas. Este projeto teve sucesso no Santa Lúcia, pois é possível encontrar na cidade de Bonito produtos com a marca Pé da Serra<sup>14</sup>.

Diante do exposto, dois pontos são marcantes no decorrer do trabalho: de um lado, o Assentamento Canaã do início da década de 1980, implantado em uma “reserva florestal”, pois na época a área era coberta por mata; de outro lado, o PNSB criado no início dos anos 2000 carregado de contradição e disputas<sup>15</sup>. No caso do Canaã, um projeto do Governo Estadual que visava na época a distribuição de terras a famílias sem-terra. Havia vários outros projetos, citados inclusive no decorrer do trabalho e de vários outros artigos publicados em diversos meios. Os órgãos de colonização tanto estaduais como o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA não tem tomado os devidos cuidados na instalação de assentamentos.

A criação de assentamentos sem o licenciamento ambiental, ou simplesmente os estudos da viabilidade da produção e sobrevivência dos indivíduos instalados nestes projetos seria o mínimo para a mudança na forma como se faz a reforma agrária no Brasil. Obviamente, o Canaã não foi o primeiro assentamento sem planejamento e estudos, o que certamente indicaria a inviabilidade da instalação de colonos naquela área. O mais revoltante é saber que este projeto não será o último a apresentar este tipo de problema. O desenvolvimento de técnicas de estudo e análise de várias formas de problemas ambientais em áreas cada vez mais remotas pode sem dúvida auxiliar nesse tipo de planejamento, ou talvez minimizar os problemas descritos anteriormente.

Implantado em setembro de 2000, o PNSB tem em seu histórico de consolidação um profundo clima de conflito entre ONGs, políticos, fazendeiros e assentados. A criação do Parque coloca novamente a discussão do modelo de conservação pautada em Parques<sup>16</sup>, pois a delimitação da UC sobrepôs 34 lotes

-----  
14 Entrevista realizada com representante da ONG Neotrópica, Eleri Rafael Muniz Paulino, em fevereiro de 2010.

15 Para mais aprofundamento no processo de criação do PNSB ver: Batarce, (2004).

16 Unidades de Conservação de Proteção Integral. (SNUC, 2000).

do assentamento Canaã em seus domínios, agravando ainda mais a situação destes colonos.

A criação do PNSB é de fundamental importância para região. Esta é uma das únicas reservas de cerrado ainda preservado com uma grande capacidade de nascentes no local, sem falar na fauna cavernícola que é muito rica. Contudo, esse impasse existente entre os assentados e o Parque não pode mais ser prolongado, haja vista que a incerteza paira inclusive para os assentados na Zona de Amortecimento.

Em entrevista com a administração do Parque, ficou evidenciada a intenção de resolver os problemas fundiários da UC especialmente do Canaã. Entretanto, a questão esbarra na justiça, pois, de acordo com Fernando Correa Vilela<sup>17</sup>, os assentados devem entrar com pedido de indenização junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e, assim, será analisado o processo de cada assentado e não havendo nenhum impedimento será feita avaliação do lote e indenização. Atualmente, existe somente um processo de assentado aberto, que, conforme o diretor do Parque, a intenção é que este sirva de modelo para os demais.

A demora na resolução dos conflitos fundiários e a superposição da área do Parque no assentamento rural provocam desde indignação e revolta nos assentados até um sentimento de impotência para os ambientalistas com a não implantação plena do Parque Nacional.

Desta forma, a implantação do território da conservação feita sem participação efetiva da comunidade dos pequenos produtores rurais diretamente afetados em sua vida cotidiana e em sua territorialidade, promove o afastamento de parcelas importantes da sociedade do processo de luta pela melhoria das condições ambientais.

A fragmentação entre sociedade e natureza é concretizada na separação entre a ideia de sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. A defesa do ambiente se contrapõe à defesa pela erradicação da miséria, pelo direito dos trabalhadores rurais à terra. Este processo de fragmentação promove conflitos que tem como central o território e a produção do território está em disputa.

Esta disputa territorial se apresenta como item fundamental no mundo moderno, com a valorização ambiental e com a aplicação de estratégias conservacionistas que excluem as pessoas do processo de constituição das práticas conservacionistas.

No seio dos movimentos da sociedade e dos estudos acadêmicos, que procuram superar a fragmentação sociedade-natureza, nasce uma proposta que

-----  
<sup>17</sup> Diretor do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

nos encaminha para a reflexão sobre a constituição de territórios socialmente sustentáveis, com a sustentabilidade da vida e, conseqüentemente, de condições ambientais saudáveis para a vida humana. O estudo deste processo no Planalto da Bodoquena é exemplar, demonstrando o distanciamento da sociedade local na constituição da U.C. provocado pela política conservacionista baseada na produção de territórios de conservação e a transformação das pessoas em marginais ao processo.

O desafio colocado para a sociedade é a superação da dicotomia sociedade-natureza e a definição de estratégias para a produção de territórios socioambientalmente sustentáveis. A centralidade estaria na produção da vida e sua qualificação.

## REFERÊNCIAS

BATARCE, A. P. A. Unidades de Conservação e Produção do Espaço. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Dourados-MS: UFMS, CPDO, 2004. (Dissertação de Mestrado).

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Diário Oficial. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 2000.

CARDOSO, E.L. et al. Solos do Assentamento Tamarineiro I - Corumbá, MS: caracterização, limitações e aptidão agrícola. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2002.

CORREA, M.S. De sem-terra a com-pedra. Disponível em <http://www.oeco.com.br/marcos-sa-correa?start=175> – Acesso em 15/06/10.

FABRINI, J.E. A posse e concentração de terra no Sul do Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R.A. (Org.). A questão agrária em Mato Grosso do Sul: Uma visão multidisciplinar. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

FERNANDES, B.M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado).

FERNANDES, B.M. Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado y

agronegocio. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/campesinato\\_e\\_agronegocio.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/campesinato_e_agronegocio.pdf) - Acesso em 20/05/2010.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) – Acesso em 20/05/2010.

IDATERRA-MS. Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul. Projeto de Assentamento Gleba Canaã: Reconhecimento do Assentamento junto ao INCRA. Campo Grande: Processo 21/013.287/2001, 2001.

MARTINS, J.S. Expropriação e violência: a questão política no campo. 2.ed. São Paulo,SP: Ed. Hucitec, 1982. (Ciências Sociais)

Mato Grosso do Sul. Decreto Nº 10.078, de 2 de outubro de 2000.

MENEGAT, A.S. No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS. Dourados, MS: UEMS/UFGRD, 2009.

MOREIRA, R. Prefácio. In: SANTOS, D. A reinvenção do Espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

MORETTI, S. A. L. Atividade Turística e Transformações territoriais no município de Jardim – MS. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFMS, 2002.

OLIVEIRA, A. U. A geografia das lutas no campo. 6ª ed.- São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a Geografia)

OLMOS, F. et al. ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA, MEIO AMBIENTE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em [http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/msc\\_olmos\\_mst.pdf](http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/msc_olmos_mst.pdf) - Acesso em 28/05/2010.

PEREIRA, M.A. IMPLICAÇÕES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA OS ASSENTAMENTOS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA SERRA DA BODOQUENA E DO PROJETO DE

ASSENTAMENTO CANAÃ. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande – MS, 2005. (Dissertação de Mestrado)

RIVERO, C. V. LA LUCHA POR LA TIERRA ES LA LUCHA POR EL TERRITORIO. Disponível em: <http://www.acciontierra.org/spip/spip.php?article483> – Acesso em 28/05/2010.